

Década de 1990: políticas neoliberais e a economia brasileira ⁷⁸

Bruna Cavati Rossi ⁷⁹

RESUMO

A década de 1990 foi marcada pela adoção de políticas de caráter neoliberal em diversos países, incluindo o Brasil. Assim, este artigo buscou explicar algumas das principais medidas governamentais, com orientação neoliberal, que foram adotadas na época: aberturas comercial e financeira, privatizações e Plano Real. O objetivo foi realizar apontamentos iniciais no sentido de entender se essas práticas, com base no que havia sido preconizado pelo Consenso de Washington, favoreciam, ou não, o desenvolvimento econômico brasileiro. Com isso, foi possível inferir que houve, na verdade, aumento da vulnerabilidade externa e redução da dinamicidade interna.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Consenso de Washington; Abertura comercial; Abertura financeira; Privatizações; Plano Real.

1. INTRODUÇÃO

A economia brasileira alcançou, ao final da década de 1970, um padrão de industrialização nos moldes da II Revolução Industrial, o que se deu, sobretudo, devido às políticas desenvolvimentistas (1930-1980). Estas, segundo Fonseca (2017), estiveram em diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, cujas características centrais foram: planejamento estatal, industrialização e intervencionismo pró-crescimento. A percepção era que a atuação estatal seria importante para gerar o desenvolvimento nacional por meio da industrialização. Para isso, a lógica de industrialização no Brasil esteve centrada no Processo de Substituição de Importações (PSI), estimulando o mercado doméstico, com a proposta de reduzir os vazios da estrutura produtiva e conformar um sistema econômico nacional.

⁷⁸ Este artigo foi produzido inicialmente para a disciplina de Economia Brasileira Contemporânea, do curso de Ciências Econômicas da Ufes, como requisito parcial de avaliação.

⁷⁹ Graduanda em Ciências Econômicas na Ufes, petiana egressa do PET-Economia/Ufes, bolsista CNPQ de Iniciação Científica, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura Econômica da Ufes e do Grupo de Estudos sobre Mulheres, Trabalho e Sindicalismo. E-mail: bcavati6@gmail.com.

Entretanto, com a crise dos anos 1970, o cenário internacional favorável, com expansão de liquidez e baixas taxas de juros, começava a se reverter. No âmbito econômico⁸⁰, segundo Tavares (1997), figurou-se o desmantelamento do Acordo de Bretton Woods, culminando na elevação das taxas de juros norte-americanas em 1979, caracterizando a diplomacia do dólar forte. Com isso, dada a inserção do Brasil na economia mundial, a alteração na conjuntura externa desdobrou-se em consequências diversas para economia nacional. Com a elevação das taxas de juros norte-americanas, a dívida externa brasileira tomada a juros variáveis atingiu patamares nunca antes observados, sendo um dos fatores que contribuiu para a década perdida. Na década de 1980, combinou-se a explosão da dívida externa com a elevação da dívida interna, culminando na crise fiscal-financeira do Estado, além do baixo crescimento e da aceleração inflacionária (REGO & MARQUES, 2018).

O receio de uma moratória global levou os países centrais a se organizarem. Com isso, em novembro de 1989, realizou-se nos Estados Unidos (EUA) o Consenso de Washington. De acordo com Batista (2009), este encontro reuniu instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de representantes dos governos de diversos países, sejam credores (EUA, Europa e Japão) sejam devedores (América Latina). A proposta da reunião era legitimar práticas neoliberais a serem adotadas pelos Estados endividados, o que influenciou as políticas econômicas dos países latino-americanos na década de 1990. A justificativa era de que as políticas keynesianas, com a maior atuação do Estado na economia, haviam sido responsáveis pela crise dos anos 1970. A adesão aos preceitos neoliberais relacionou-se, em parte, à distensão da Guerra Fria, com o colapso do socialismo, e ao endividamento externo dos países, que acabaram ficando sem outras opções para renegociar suas dívidas.

Entre as determinações do encontro, preconizou-se a mudança do papel desempenhado pelo Estado, pois este era percebido como ineficiente até mesmo para gerir suas políticas macroeconômicas. Deveria estimular as privatizações e realizar a abertura comercial pautando-se na lógica das vantagens comparativas, e financeira, em que o equilíbrio no balanço de pagamentos se faria por via monetária. A tributação deveria ser regressiva, a propriedade intelectual preservada e a política econômica dos Estados deveria voltar-se para assegurar a estabilidade econômica via preços. Defendia-se que os países latino-americanos só cresceriam via exportações.

Na década de 1980, o Brasil conseguiu postergar a adoção dessas práticas devido sua industrialização, que permitiu gerar superávits comerciais. Contudo, com o fracasso do Plano

⁸⁰ Vale ressaltar que a dimensão econômica foi apenas uma das que se manifestou na crise dos anos 1970, com outras dimensões também presentes, como social/cultural, política/ideológica e financeira.

Collor⁸¹, passou a adotar-se diversos postulados do Consenso de Washington. Nesse sentido, busca-se compreender quais os efeitos da implementação das políticas neoliberais na economia brasileira durante a década de 1990, visando compreender se, de fato, favoreciam, ou não, o desenvolvimento nacional. Assim, subdivide-se este trabalho em três seções, para além desta introdução e das considerações finais, com a explanação dos processos de abertura comercial e financeira, das privatizações e o Plano Real.

2. BRASIL ESCANCARADO: ABERTURAS COMERCIAL E FINANCEIRA

A industrialização por substituição de importações realizada no Brasil buscou reduzir os vazios da estrutura produtiva nacional, conseguindo alcançar, em finais da década de 1970, o padrão da II Revolução Industrial. Contudo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento — II PND (1975-79), que alterou a estrutura produtiva brasileira via empresas públicas, foi financiado, sobretudo, com capital de empréstimo externo, em que ocorreu um processo de estatização da dívida, adquirida a juros variáveis (CRUZ, 1995). Logo, com o choque dos juros em 1979, a dívida externa brasileira cresceu de forma expressiva, gerando desequilíbrios no balanço de pagamentos. A tese que passou a ser defendida por organismos internacionais era de que a causa estaria no controle estatal, em que a abertura (comercial e financeira) iria não só equilibrar o balanço de pagamentos, como também modernizar a estrutura produtiva por meio da concorrência.

Na orientação da política econômica, Fernando Collor⁸² afirmava que o Brasil deveria ter acesso a produtos mais modernos, independente da origem (nacionais ou estrangeiros). Era o início da dominância da lógica micro, maximização do lucro, sem a preocupação de estabelecer um sistema econômico nacional. Assim, foi a partir de seu governo que se estimulou a abertura comercial, com destaque para a redução tarifária, a qual foi extremamente rápida, alcançando o máximo que foi planejado já em 1994.

O Brasil não atingiu os padrões da III Revolução Industrial, logo, a indústria nacional, sobretudo a voltada ao mercado interno, não tinha condições de competir com a produção estrangeira. Em 1995, favorecido pelo câmbio valorizado devido ao Plano Real, elevou-se de forma ainda mais expressiva as importações, gerando déficits no saldo comercial e ampliando o déficit em transações correntes (BACEN, apud BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 367). A indústria nacional, de fato, obteve um ganho de produtividade, porém, conforme Kupfer (2003), isso não se deu pelo

⁸¹ Elaborado em 1990, no governo de Fernando Collor, o objetivo era combater a aceleração inflacionária. O diagnóstico era de uma inflação ocasionada pela elevação da riqueza financeira em relação à riqueza real, propondo-se um enxugamento de liquidez, além do congelamento de preços. Esses fatores, associados à recessão de 1990, conduziram à redução da inflação, porém, com elevados custos sociais. Isso fez o governo abandonar essas medidas e adotar práticas ortodoxas a partir de 1991.

⁸² Seu governo foi de março de 1990 a dezembro de 1992.

estímulo da concorrência, mas sim porque era barato importar máquinas e equipamentos. Os ganhos em produtividade reafirmaram a dependência tecnológica com os países centrais.

Soma-se a isso a mudança patrimonial verificada durante as privatizações. A primeira metade da década de 1990 caracterizou-se pela desestatização, transferindo ao capital privado nacional a propriedade dos ativos que eram do Estado. Já a segunda metade da década foi marcada pelo maior ingresso do capital estrangeiro, em um processo de desnacionalização (KUPFER, 2003). Tal fato só foi possível com abertura financeira realizada por Fernando Henrique Cardoso⁸³ (FHC⁸⁴), em que afirmava-se que o déficit comercial seria compensado pela entrada de capital estrangeiro, permitindo ao Brasil acessar os fluxos de crédito internacional, equilibrando o balanço de pagamentos. Com isso, ao incentivar o capital de curto prazo, que demandava taxas de juros elevadas, o Brasil tornou-se mais vulnerável aos movimentos especulativos, segundo Batista Jr. (2002).

Para mais, o Investimentos Direto Estrangeiro (IDE), facilitado pela abertura da conta de capitais, teve poucos impactos na estrutura produtiva nacional, visto que era voltado a fusões/aquisições. Além disso, o IDE também esteve presente no sistema bancário-financeiro nacional, em que se estimulou a concentração bancária, pautando-se na ideia de que haveria economias de escala e que isso acarretaria em reduções nas taxas de juros. Assim, no governo de FHC, devido ao risco de uma crise bancária em virtude da perda das receitas inflacionárias, realizou-se o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). Conforme Corazza (2000), o programa visava sanear o balanço dessas instituições, promovendo incentivos para fusões e aquisições; dificultou a criação de novas agências e promoveu maior intervenção do Banco Central. Além disso, também incentivou a entrada do capital estrangeiro.

Assim, os principais efeitos da abertura comercial e financeira sobre a economia brasileira, especialmente após o Plano Real, acabaram por ser um aumento na vulnerabilidade externa. “[...] [Esta] decorre basicamente de três fatores: o elevado déficit em conta corrente, a excessiva abertura da conta de capitais e a insuficiência das reservas internacionais do país.” (BATISTA JR, 2002, p. 175). Logo, gerou-se maiores desequilíbrios no balanço de pagamentos: déficit no saldo comercial; elevação nas despesas com juros pela entrada do capital de curto prazo; aumento na remessa de lucros devido a internacionalização que a abertura promoveu; crescimento da dívida externa; além das crises que ocorreram em outros países periféricos, elevando a saída de divisas internacionais.

3. PRIVATIZAÇÕES: DESESTATIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO

⁸³ Seu primeiro mandato presidencial foi de 1995-1998 e o segundo mandato de 1999-2003.

⁸⁴ Irá se utilizar FHC no restante do trabalho para se referir ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Entre as medidas incentivadas no Consenso de Washington estavam as privatizações, com a percepção de que o Estado era ineficiente. Com isso, segundo Landi (2012), houve uma alteração no papel do Estado, deixando de ser desenvolvimentista/burocrático e passando a atuar como regulador/fiscalizador. O processo de privatização consiste na alienação da propriedade do Estado para o capital privado, seja nacional ou estrangeiro. O objetivo seria promover a modernização da estrutura produtiva, com a justificativa de gerar um saneamento fiscal e financeiro do Estado, de modo a reduzir o endividamento público e elevar gastos sociais. No caso brasileiro, as privatizações foram marcadas por duas fases: desestatização, nos governos Collor e Itamar Franco⁸⁵, e desnacionalização nos dois governos de FHC.

As privatizações foram pautadas no Programa Nacional de Desestatização (1990), que nos governos Collor e Itamar contaram com atuação expressiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), marcadas pela venda de empresas industriais/produativas, tendo início com a Usiminas em 1991. Nesse período, havia entraves jurídico-legais que impediam a alienação de empresas de outros setores, como de monopólio natural e ativos estratégicos, o que fez prevalecer a venda de empresas siderúrgicas e petroquímicas. Para mais, também havia barreiras que impediam o maior ingresso do capital estrangeiro, prevalecendo o capital privado nacional, caracterizando a desestatização.

Uma das propostas do governo Collor era realizar as privatizações com uso dos certificados de privatização, os quais seriam vendidos compulsoriamente ao sistema financeiro. Buscava-se fazer com que o processo de privatizações fosse intermediado pelas instituições financeiras, sendo uma forma de antecipação de receita ao governo. No entanto, a ausência de um cronograma de privatizações gerou relutância por parte do sistema financeiro, o que conduziu a aceitação de outras moedas, que não correntes, para compra das estatais. Inclusive, fez-se uso das chamadas moedas podres — títulos que basicamente não tinham valor, o que acabou servindo como uma forma de sanear o balanço das empresas. Com isso, essa primeira fase foi, em grande medida, frustrada, em que as receitas alcançaram somente 11,2% do total entre 1990 e 2002 (DIESP; BNDES, apud LANDI, 2012, p. 143). No governo Itamar, até foi proposto usar parte dos recursos das privatizações para implementar alguma política industrial, mas a ideia não foi adiante.

Tal como já foi destacado, o objetivo da privatização acabou se limitando a ser um ajuste fiscal (troca patrimonial) de curto prazo associado a um discurso neoliberal de modernização da economia, tendo sido excluída e/ou abandonada a perspectiva de sua relação com uma política industrial e de crescimento. (LANDI, 2012, p. 153)

Nos dois governos de FHC o resultado não foi diferente, porém, o processo foi ainda mais incentivado e passou a ser uma forma de internacionalização do capital. Houve redução na

⁸⁵ Ele assumiu a presidência após a renúncia de Fernando Collor, com mandato de dezembro de 1992 a janeiro de 1995.

participação do BNDES e elevou-se o papel do poder executivo. Além disso, em consonância com a abertura financeira, foi possível aumentar a entrada do capital estrangeiro, que além de poder comprar até 100% das ações de uma empresa, estaria em condições iguais ao capital privado nacional, podendo até mesmo tomar empréstimos junto ao BNDES. Além disso, retiraram-se entraves para privatização de outros setores, em que destacaram-se as privatizações no setor elétrico e de telecomunicações.

Entre as moedas utilizadas, foi principalmente a corrente, com a permissão de uso de títulos da dívida externa. Além disso, em casos específicos, como na privatização da Petrobrás, permitiu-se o uso de moedas sociais, em que trabalhadores puderam acessar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e comprar ações. Dos compradores, a maior parte foram investidores estrangeiros seguidos por empresas nacionais, o que marcou o processo de desnacionalização, com base em Landi (2012). Este foi um amplo processo de privatização, com uma receita de mais de R\$105 bilhões entre 1990-2002 (DIESP; BNDES, apud LANDI, 2012, p. 143). Mesmo assim, algumas empresas foram vendidas a preços irrisórios, como a Vale que no ano seguinte à sua privatização já obteve um lucro maior do que o valor de sua venda. Para mais, foram criadas agências reguladoras, cujo objetivo seria, por exemplo, a regulação da qualidade e de preços, haja vista que setores essenciais e de monopólios naturais passaram a estar em posse do capital privado.

4. PLANO REAL: A PERSISTÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DOS ANOS 1980

O Plano Real foi um plano de combate inflacionário iniciado no governo Itamar, em que na equipe econômica FHC era o Ministro da Fazenda. Segundo Belluzzo & Almeida (2002), a proposta era ser um plano gradualista e que buscasse retomar as funções da moeda de unidade de conta e reserva de valor. Assim, a ideia era recuperar a credibilidade da moeda nacional mediante seu valor externo, nesse caso em relação ao dólar. Com isso, a âncora cambial, no sistema de bandas cambiais curtas, foi o principal instrumento adotado.

Houveram três fases de implementação do plano, ainda no governo Itamar, e que duraram aproximadamente um ano. A primeira etapa, iniciada em junho de 1993, foi o Plano de Ação Imediata (PAI), cujo objetivo era combater a inflação de demanda e promover um saneamento fiscal e financeiro do Estado. Com isso, se estabeleceu uma redução no orçamento previsto para 1994, com a desvinculação de receitas em 20%, advindo principalmente do Fundo Social de Emergência. Estimulou-se as privatizações e, em 1993, obteve-se um superávit primário e operacional, além de que a dívida líquida e mobiliária estavam relativamente baixas. Contudo, no decorrer do plano a preocupação em equilibrar as finanças públicas não foi seguida, conforme Belluzzo & Almeida (2002), e os cortes afetaram, sobretudo, as políticas públicas.

A segunda fase, em março de 1994, ocorreu com a criação da Unidade Real de Valor (URV), que não era uma moeda, como previa a Proposta Larida que influenciou no Plano Real, mas que funcionava como uma unidade de referência. A URV era calculada por meio da média de três indicadores de inflação⁸⁶, sendo deflacionada diariamente. A proposta era que seu valor se aproximasse do dólar, de modo a ser mais estável. Assim, estimulava-se que a população expressasse os preços em URV, além de em cruzeiro real (moeda da época), de modo que houvesse uma coordenação das expectativas. Logo, o primeiro preço convertido em URV foram os salários⁸⁷, com um ganho real no início do Plano Real. Por fim, a terceira etapa, em julho de 1994, veio com a implantação do Real, em que CR\$2.750,00 equivaliam a R\$1,00 e que era igual a US\$1,00.

Assim, a âncora cambial foi o principal instrumento do Plano Real, mas para que pudesse funcionar, algumas heranças do governo Collor foram cruciais. A recessão de 1990, com queda do PIB em 5,1% foi superada efetivamente só em 1993 (IBGE, apud BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 381), o que levou à redução da renda, logo, diminuiu as importações. Além disso, com a boa safra agrícola em 1992, passou a se ter um aumento na entrada de divisas estrangeiras, fatores que melhoraram o resultado do saldo comercial e permitiram a ampliação na acumulação de reservas internacionais. Com o ajuste fiscal e o processo de privatizações, conseguiu-se reduzir a dívida líquida.

Com isso, fez-se uso de um câmbio semifixo e valorizado, dentro do sistema de bandas cambiais curtas, o que já era uma medida historicamente adotada por outras nações no combate à hiperinflação. A proposta era manter o valor da moeda doméstica próxima ao valor de uma moeda estrangeira que oscilasse pouco (nesse caso o dólar), de modo a alcançar a Lei do Preço Único, em que não só os preços, mas também as taxas de juros, aproximariam-se dos praticados no comércio internacional. Além disso, acreditava-se que o déficit em transações correntes, devido a valorização cambial, seria compensado pela entrada de capital e que, além de impedir a elevação dos preços pelos produtores domésticos, levaria a um aumento na competitividade devido à concorrência, o que estava diretamente vinculado à ideia liberal do Consenso de Washington de que as estruturas produtivas irão rapidamente convergir. (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002)

Com isso, a política econômica da época foi caracterizada por um binômio: câmbio valorizado e taxas de juros elevadas, em que “[...] a desinflação rápida, forte, a abrupta valorização da moeda e as taxas de juros muito altas foram todos componentes da mesma estratégia de política econômica.” (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 372). Em relação às taxas de juros, elas precisavam manter-se elevadas para atrair o capital estrangeiro, sobretudo o de curto prazo usado para estabilizar o balanço de pagamentos, que devido ao risco de uma desvalorização cambial, visto que

⁸⁶ IGP-M, IPCA-E e FIPE-3.

⁸⁷ A conversão foi calculada com a média dos últimos quatro meses, para neutralizar o conflito distributivo.

era uma moeda recém estabilizada, demandava por um prêmio maior. Além disso, era uma forma de estimular a poupança e combater a inflação de demanda. Em relação ao câmbio, como já mencionado, era uma forma de aproximar o preço doméstico do estrangeiro.

Em 1994, com reflexos do período anterior ao Plano Real, a inflação reduziu, mas seguia ainda elevada. Por outro lado, o Produto Interno Bruto (PIB) alcançou crescimento expressivo no período de 5,6% (IBGE, apud BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 381) e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) estava elevada. Nesse ano, as contas do governo apresentaram tanto superávit primário quanto operacional, contudo, a dívida pública seguia elevada. Entre 1995 e 1996, teve-se um momento favorável à economia brasileira, com significativa redução da inflação e crescimento da economia. A FBKF, mesmo com redução, permaneceu elevada. Contudo, houve um aumento nos gastos públicos, devido a programas como o Proer. Além disso, com a percepção de déficit no saldo comercial, o governo ampliou a restrição ao crédito e elevou as taxas de juros. Soma-se a isso a Crise do México (1995) e a saída de capitais do Brasil. Logo, com a moeda valorizada, parte dos títulos deixaram de ser atrelados ao câmbio e passaram a usar a taxa básica de juros, o que ampliou a dívida pública. (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002)

Entre 1997 e 1998, as condições da economia brasileira começaram a apresentar maior instabilidade. Houve queda no crescimento do PIB, com -0,1% em 1998 (IBGE, apud BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 381), elevação na taxa de desemprego, redução na FBKF, passou-se a ter déficit primário já a partir de 1996 e o déficit nominal em percentual do PIB era elevado, sendo de 6,1% e 7,9%, respectivamente (IBGE, apud BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 393). No contexto externo, ocorreram as crises asiática e russa, que intensificaram a saída de capital. Além disso, havia a desconfiança de desvalorização do Real, o déficit no balanço de pagamentos era considerado insustentável e o crescente déficit público era agravado pelas contas externas, o que levou, em 1998, a um ataque especulativo à moeda brasileira, fazendo o Brasil recorrer ao FMI. Os recursos deram uma sobrevida ao Plano Real, porém, a desconfiança quanto ao Real continuou e a dívida pública era ascendente, em que após a reeleição de FHC, em janeiro de 1999 foi anunciado o estabelecimento do câmbio flutuante, que rapidamente se desvalorizou.

Assim, Belluzzo & Almeida (2002) destacaram que o Plano Real não mudou as tendências da década de 1980: baixo crescimento e investimento industrial, redução de investimentos em infraestrutura e desequilíbrios externos acumulados que conduziam a crises monetárias e a recessão iminente. O Plano Real, com a manutenção do câmbio valorizado até 1998 acabou subordinando a política monetária aos fluxos de capital. Além disso, ampliou a vulnerabilidade externa do país, seja com o aumento no déficit em transações correntes, devido ao déficit comercial, seja com a abertura da conta de capitais e a maior participação do capital especulativo. A dívida pública era crescente, em que parte expressiva era dívida externa, além disso, o PIB passou

a ter um crescimento pífio e o investimento se reduziu, levando ao aumento do desemprego na economia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de algumas das principais políticas adotadas durante a década de 1990, torna-se evidente o caráter neoliberal que possuíam, estando relacionadas com as proposições do Consenso de Washington. Além disso, deve-se considerar o contexto no qual o Brasil estava inserido, em que possuía elevada dívida externa e inflação em aceleração. Além disso, externamente a Guerra Fria estava em distensão e os países desenvolvidos haviam alcançado os padrões da III Revolução Industrial. Com isso, os processos de abertura comercial e financeira, que objetivaram ampliar o acesso do Brasil aos fluxos de crédito e modernizar a estrutura produtiva nacional, acabaram por ampliar a vulnerabilidade externa do país, gerando um déficit no saldo comercial a partir de 1995 e deixando a economia mais sujeita ao movimento de capitais. A indústria nacional, em grande medida, não tinha condições de competir com a produção estrangeira, contribuindo para a desindustrialização da economia.

As privatizações, por sua vez, transferiram a propriedade dos ativos do Estado para o capital privado, nacional e estrangeiro, sendo uma forma de internacionalização do capital. Contudo, apesar do montante arrecadado até 2002 ter sido elevado, muitas vendas foram feitas a preços irrisórios, além de permitir ao capital privado o controle de setores essenciais. Para mais, o Plano Real, mesmo que tenha deixado a inflação em níveis baixos e estáveis, acabou ampliando a vulnerabilidade externa do país. A dívida externa foi crescente, o déficit primário aumentou, o saldo comercial ficou deficitário na segunda metade da década de 1990, o PIB crescia a taxas reduzidas, o desemprego aumentou e o investimento se reduziu. Logo, as políticas neoliberais adotadas pelo Brasil na década de 1990 não reverteram as tendências que vinham desde a década de 1980, não conduzindo ao desenvolvimento, mas pelo contrário, parecem ter o afastando ainda mais do Brasil.

REFERÊNCIAS

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Vulnerabilidade externa da economia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 173-185, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200011>. Acesso em: 30 out. 2022.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos *In*: BATISTA JR, Paulo Nogueira (org.). **Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil - Ensaios e Palestras**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. p. 115-162.

BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. Plano Real: dos sucessos aos impasses. *In*: BELLUZZO, L. G. M. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. cap. VIII, p. 363 - 403.

CORAZZA, Gentil. **Crise e reestruturação bancária no Brasil**. Projeto de Pesquisa “Banco Central e Sistema Financeiro: crise e supervisão bancária no Brasil”, 2000. Disponível em: https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/12/2000_08-Gentil-Corazza.pdf . Acesso em: 29 ago. 2022.

CRUZ, Paulo R. Davidoff Chagas. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 121 - 144, 1995. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2287/1232>. Acesso em: 20 set. 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 02, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272125>. Acesso em: 15 set. 2022.

KUPFER, D. **A indústria brasileira após 10 anos de liberalização econômica**. *In*: Seminário Brasil em Desenvolvimento, Rio de Janeiro/RJ, Instituto de Economia da UFRJ, 2003. 20p.

LANDI, Mônica. A evolução do Programa Nacional de Desestatização (PND): seus principais resultados e desdobramentos na infraestrutura. *In*: MARQUES, Rosa M. **O Brasil sob a nova ordem**: a economia brasileira contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2012. cap. 6.

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa M. (org). Choques externos e reestruturação interna: a recessão de 1981-1983. *In*: LACERDA, Antônio Corrêa de et al. **Economia Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. cap. 11.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. *In*: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 27-53.